

**Reunião** – Ambientalistas, pesquisadores e técnicos governamentais participaram do workshop da Amazônia, que terminou no sábado, em Macapá (AP), com a definição


de prioridades para a preservação e uso racional da biodiversidade da região.

O grupo que discutiu as áreas de grande pressão antrópica, por exemplo, delimitou num mapa as áreas onde o governo federal deve correr com medidas de curto prazo e as áreas que podem esperar ações de médio prazo. O grupo, composto por 14 especialistas, baseou-se em mapas da expansão madeireira, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e dos assentamentos do Incra, nos levantamentos de desmatamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e em avaliações de risco de fogo do Insti-

tuto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam).

As regiões cortadas por grandes estradas no eixo Araguaia-Tocantins, entre Cuiabá e Porto Velho, entre Cuiabá e Santarém e na Transamazônica (de Altamira a Itaituba), foram classificadas como altamente críticas. Ali se acumulam as pressões da exploração madeireira e de novos assentamentos, com maior incidência e risco de fogo. “Em 2 ou 3 anos, no máximo, o governo deveria criar estímulos para o manejo florestal em áreas privadas e reforçar as campanhas preventivas contra o fogo”, resume Adalberto Veríssimo, do Imazon. Ele se surpreendeu com o grande número de assentamentos oficiais em áreas economicamente inviáveis, de solos pobres, sem possibilidade de escoamento da produção.

Nos eixos e pólos de desenvolvimento considerados medianamente críticos – como o oeste do Pará, a ligação Manaus-Boa Vista e a porção não asfaltada da Cuiabá-Santarém –, as providências devem ser tomadas dentro de cinco anos. E incluem a criação de florestas para a exploração racional de madeira ou outros produtos, como as Florestas Nacionais (Flonas) e Florestas Estaduais. Essas também devem ser as principais medidas para áreas menos críticas, mas com risco futuro, como o caminho para o Pacífico, através do Acre, que deveria ser precedido de um planejamento ambiental e de medidas para garantir o uso racional da floresta, num período de cinco a oito anos. As sugestões farão parte da definição de uma política nacional para a biodiversidade, a ser finalizada no prazo de um ano, segundo Bráulio Dias, do Ministério do Meio Ambiente.  
**(Colaborou Liana John)**

INSTITUTO	Documentação
	
INSTITUTO AMBIENTAL	
Fonte	QESP
Data	27/9/99 Pg 1-9
Class	117